

# Indiciados três PMs pelo massacre de Corumbiara <sup>49</sup>

Perícia em armas e balas levou à identificação de alguns dos autores dos disparos contra sem-terra

• BRASÍLIA. Nove meses após o massacre de Corumbiara, a Polícia Civil de Rondônia concluiu o inquérito ontem, no dia do lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH). Foram indiciados três dos quase 200 PMs que participaram da desocupação da Fazenda Santa Elina, pelo assassinato de três sem-terra: os soldados Claudionor Henriques da Silva, que usou o revólver calibre 38 número NK 156.284; José Emílio da Silva Evangelista, que disparou a arma NK 156.296; e Luís Carlos da Silva (carabina 38 número BO 24.774).

Em depoimento à polícia, os acusados negaram os disparos, mas o uso das armas foi confirmado no livro de carga da PM. Os três foram responsáveis pela morte dos sem-terra Ari Pinheiro dos Santos, de 35 anos, com 17 perfurações; Ercílio Oliveira de Campos, de 41 anos (19 perfurações), e Odilon Feliciano, de 30 anos (duas balas na nuca).

— Só não conseguimos enquadrar mais PMs porque as balas atravessaram os corpos de muitos sem-terra, impossibilitando a identificação das armas — explicou o secretário-adjunto de Segurança de Rondônia, César Pizan.

Ficaram sem identificação os autores dos disparos que mataram outros seis sem-terra, inclu-

sive a menina Vanessa, de 7 anos. O resultado da investigação será remetido ao Ministério Público, mas os PMs serão julgados pela Justiça Militar. O MP poderá pedir o enquadramento dos demais PMs por co-autoria no crime.

Segundo o exame de balística, não foram as armas usadas pelos sem-terra que mataram dois PMs durante o confronto. Eles podem ter sido mortos por balas perdidas da própria PM.

A Polícia Civil deve pedir, ainda, autópsia nos corpos de dois sem-terra que, segundo denúncia do MST, teriam morrido no hospital em decorrência de espancamentos. O inquérito tem 3.290 folhas, distribuídas em sete volumes. Foram feitos 127 exames de lesões corporais, outros 2.400 de balística, periciadas 172 armas e ouvidas 350 pessoas.

O ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, será informado pelo Incra esta semana que quase 40% dos 6,2 milhões de hectares cedidos pelo Ministério do Exército poderão ser destinados ao assentamento de sem-terra. Cerca de três milhões foram descartados logo de início por abrigarem aldeias indígenas, áreas de preservação ambiental e áreas já com produção agrícola de posseiros. Outras não têm solo adequado para a agricultura. ■